



TEORIA E EXERCÍCIOS

SEE-SP

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO -
HISTÓRIA**

- ✓ Parte Geral - Livros e Artigos
- ✓ Parte Geral - Publicações Institucionais
- ✓ Parte Geral - Legislação
- ✓ Parte Específica - Conhecimentos
- ✓ Parte Específica - Livros e Artigos
- ✓ Parte Específica - Publicações Institucionais



Conteúdo de acordo
com o último edital
Questões gabaritadas



Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

SEE-SP

Professor de Ensino Fundamental e Médio - História

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Professor de Ensino Fundamental e Médio - História de acordo com o Edital de Abertura de Inscrições nº 01/2023, da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo - SEE-SP.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca do último edital, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

PARTE GERAL - LIVROS E ARTIGOS	11
■ INTEGRAÇÃO CURRÍCULO E TECNOLOGIAS E A PRODUÇÃO DE NARRATIVAS DIGITAIS	11
■ RACISMO ESTRUTURAL.....	13
■ PROJETOS DE VIDA: FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS, ÉTICOS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS	15
■ ENSINO HÍBRIDO: PERSONALIZAÇÃO E TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO	17
■ NARRATIVAS QUILOMBOLAS.....	20
■ DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E INTERCULTURALIDADE: AS TENSÕES ENTRE IGUALDADE E DIFERENÇA.....	21
■ SISTEMAS NACIONAIS DE AVALIAÇÃO E DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS	22
■ TORNAR-SE SELVAGEM	24
■ A AULA NOTA 10	27
■ AULA NOTA 10 - 3.0: 63 TÉCNICAS PARA MELHORAR A GESTÃO DA SALA DE AULA.....	30
■ PEDAGOGIA DOS MULTILETRAMENTOS	41
■ SABERES DOCENTES E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	42
■ METODOLOGIAS ATIVAS DE APRENDIZAGEM: ELABORAÇÃO DE ROTEIROS DE ESTUDOS EM “SALAS SEM PAREDES”	43
■ MÉTODOS PARA ENSINAR COMPETÊNCIAS.....	44
■ OBSERVAÇÃO DE AULA E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOCENTE	44
 PARTE GERAL - PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAIS	 51
■ CONSELHOS ESCOLARES: DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	51
■ INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO	53
■ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): INTRODUÇÃO	53
■ MATRIZES DE REFERÊNCIA PARA AVALIAÇÃO: DOCUMENTO BÁSICO	65
■ LEI Nº 15.667, DE 12 DE JANEIRO DE 2015 – DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PÚBLICOS E PRIVADOS.....	68

■ DIRETRIZ CURRICULAR DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.....	68
■ DIRETRIZES DO PROGRAMA ENSINO INTEGRAL	73
■ CURRÍCULO PAULISTA - ENSINO FUNDAMENTAL.....	78
■ CURRÍCULO PAULISTA - ENSINO MÉDIO.....	84
■ POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO	97
■ CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	103
 PARTE GERAL - LEGISLAÇÃO.....	 113
■ LEI Nº 7.398, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1985 – DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DE ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS ESTUDANTES DE 1º E 2º GRAUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	113
■ LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 – DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	113
ARTIGOS 1º A 6º.....	113
ARTIGOS 15 A 18-B	115
ARTIGOS 60 A 69	117
■ LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 – ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL.....	118
■ RESOLUÇÃO Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2012 – ESTABELECE DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	146
■ RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 4, DE 29 DE MAIO DE 2024.....	150
■ LEI 15.667, DE 12 DE JANEIRO DE 2015 – DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PÚBLICOS E PRIVADOS.....	155
■ ART. 95 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 444, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1985 – DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO PAULISTA E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS	157
■ LEI COMPLEMENTAR Nº 1.374, DE 30/03/2022 – INSTITUI PLANOS DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO PARA OS PROFESSORES DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO, PARA OS DIRETORES ESCOLARES E PARA OS SUPERVISORES EDUCACIONAIS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	158
■ LEI Nº 16.279, DE 08 DE JULHO DE 2016 – APROVA O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	163
■ DECRETO Nº 55.588, DE 17 DE MARÇO DE 2010 – DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO NOMINAL DAS PESSOAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.....	178

■	DECRETO Nº 57.571, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2011 – INSTITUI, JUNTO À SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, O PROGRAMA EDUCAÇÃO - COMPROMISSO DE SÃO PAULO E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS	179
■	DECRETO Nº 66.799, DE 31 DE MAIO DE 2022 (PROGRAMA ENSINO INTEGRAL - PEI)	182
	PARTE ESPECÍFICA - CONHECIMENTOS	193
■	CORRENTES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA HISTÓRIA E DA HISTORIOGRAFIA.....	193
	A HISTORICIDADE DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E DE SEUS CONCEITOS E NARRATIVAS.....	193
■	DIFERENTES FONTES HISTÓRICAS E LINGUAGENS COMO FERRAMENTAS DE APOIO E SUPORTE PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO COTIDIANO DE SALA DE AULA.....	195
■	DIFERENTES E MÚLTIPLAS TEMPORALIDADES – TEMPO SOCIAL, TEMPO CRONOLÓGICO E TEMPO HISTÓRICO.....	195
	MOVIMENTO DIALÉTICO COM RITMOS VARIADOS E SIMULTÂNEOS DE TEMPO NO DECORRER DA HISTÓRIA QUE EXPRESSAM A DIVERSIDADE DAS EXPERIÊNCIAS HUMANAS, POR MEIO DE SUAS MÚLTIPLAS MANIFESTAÇÕES.....	195
■	HISTÓRIA E SEUS PARADIGMAS PARA ALÉM DA PERIODIZAÇÃO TRADICIONAL	197
	MODALIDADES TEMPORAIS (HISTÓRIA ANTIGA, MEDIEVAL, MODERNA E CONTEMPORÂNEA) E ESPACIAIS (HISTÓRIA DA ÁFRICA, ORIENTE, EUROPA, AMÉRICA E DO BRASIL) – PROBLEMATIZANDO TEMAS E RESSIGNIFICANDO A INTERPRETAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO	197
■	PATRIMÔNIOS: HISTÓRICOS, NATURAIS, CULTURAIS (MATERIAIS E IMATERIAIS), QUE REPRESENTAM CONHECIMENTOS, VALORES, CRENÇAS E PRÁTICAS DE DIFERENTES SOCIEDADES INSERIDAS NO TEMPO E NO ESPAÇO.....	199
■	PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INDIVIDUAL E COLETIVA COMO RECONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES, EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NO PASSADO E DIREITO À CIDADANIA	201
	DIFERENCIAÇÃO DA MEMÓRIA OFICIAL DE CAMADAS PRIVILEGIADAS EM DIVERSAS SOCIEDADES HISTORICAMENTE SITUADAS.....	201
■	ELEMENTOS SOCIOCULTURAIS QUE CONSTITUEM A FORMAÇÃO HISTÓRICA BRASILEIRA, PROMOVENDO O ESTUDO DAS QUESTÕES DA ALTERIDADE E A ANÁLISE DE SITUAÇÕES HISTÓRICAS DE RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE, RESPONSÁVEIS PELA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES INDIVIDUAL E COLETIVA.....	202
■	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS CIVILIZAÇÕES ANTIGAS QUANTO À ORGANIZAÇÃO DA VIDA MATERIAL E CULTURAL.....	204
	QUESTÕES CENTRAIS COMO O SURGIMENTO DO ESTADO E AS FORMAS DE SOCIEDADE E DE RELIGIOSIDADE	204
■	IDADE MÉDIA A PARTIR DE SUAS RELAÇÕES DE PODER, AS PRÁTICAS ECONÔMICAS E SOCIAIS, O RENASCIMENTO URBANO E AS EXPERIÊNCIAS RELIGIOSAS	206

SOCIEDADES ESCRAVISTAS, AGENCIADORES E COMÉRCIO DE ESCRAVOS, FORMAS DE ACUMULAÇÃO E RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO NA ANTIGUIDADE, NA IDADE MODERNA E NA CONTEMPORANEIDADE	208
■ FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS	210
TEMPOS E ESPAÇOS NA COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES DE PODER QUE DETERMINAM TERRITORIALIDADES, OBSERVANDO O PAPEL GEOPOLÍTICO DOS ESTADOS-NAÇÕES.....	210
■ RELAÇÕES DE PRODUÇÃO, CAPITAL E TRABALHO EM DIFERENTES TERRITÓRIOS, CONTEXTOS E CULTURAS	212
O PAPEL DESSAS RELAÇÕES NA CONSTRUÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DAS SOCIEDADES	212
■ RELAÇÕES SOCIAIS DE TRABALHO AO LONGO DA HISTÓRIA, SEUS IMPACTOS TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS E INFORMACIONAIS EM DIFERENTES CONTEXTOS HISTÓRICO-SOCIAIS E DE SUA IMPORTÂNCIA PARA A CIDADANIA.....	214
■ MOVIMENTOS POPULACIONAIS E DE MERCADORIAS NO TEMPO E NO ESPAÇO, TENDO EM VISTA OS SIGNIFICADOS HISTÓRICOS PARA AS DIFERENTES POPULAÇÕES.....	216
■ DOS OBJETOS DE CONHECIMENTOS E PRINCÍPIOS DAS LEIS Nº 10.639/2003 E 11.645/2008 ..	217
■ ASPECTOS MAIS MARCANTES DA RELAÇÃO ENTRE EUROPEUS E COMUNIDADES INDÍGENAS DAS AMÉRICAS, FRENTE À EXPROPRIAÇÃO DAS TERRAS DESTES E DE SEUS VALORES CULTURAIS E SOCIAIS	221
■ CONTRIBUIÇÃO DOS AFRICANOS NAS SOCIEDADES COLONIAIS	223
CULTURAS, PRÁTICAS RELIGIOSAS, TRAJETÓRIAS DE VIDA, RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA E SUBORDINAÇÃO, LUTAS E RESISTÊNCIAS ANTES E DEPOIS DA ESCRAVIDÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA	223
■ DEMANDAS E OS PROTAGONISMOS POLÍTICOS, SOCIAIS E CULTURAIS DOS POVOS INDÍGENAS E DAS POPULAÇÕES AFRODESCENDENTES (INCLUINDO OS QUILOMBOLAS) NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	225
A HISTÓRIA DAS AMÉRICAS E O CONTEXTO DE EXCLUSÃO E INCLUSÃO DESSES GRUPOS NA ORDEM SOCIAL E ECONÔMICA HODIERNA	225
■ HISTORICIDADE DOS PRINCÍPIOS DA DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, RECORRENDO ÀS NOÇÕES DE JUSTIÇA, IGUALDADE E FRATERNIDADE.....	226
COMPREENDER PROGRESSOS E ENTRAVES À CONCRETIZAÇÃO DESSES DIREITOS NAS DIVERSAS SOCIEDADES DA CONTEMPORANEIDADE	226
PARTE ESPECÍFICA - LIVROS E ARTIGOS.....	237
■ O TRATO DOS VIVENTES: FORMAÇÃO DO BRASIL NO ATLÂNTICO SUL	237
■ ENSINO DE HISTÓRIA: FUNDAMENTOS E MÉTODOS	239
■ APOLOGIA DA HISTÓRIA OU O OFÍCIO DO HISTORIADOR.....	241

■ A ESCRITA DA HISTÓRIA: NOVAS PERSPECTIVAS.....	243
■ POVOS INDÍGENAS EM SÃO PAULO: NOVOS OLHARES.....	245
■ A IDADE MÉDIA: NASCIMENTO DO OCIDENTE.....	247
■ HISTÓRIA DAS COLONIZAÇÕES.....	249
■ MITOS, EMBLEMAS E SINAIS: MORFOLOGIA E HISTÓRIA.....	251
■ A CULTURA ESCOLAR COMO OBJETO HISTÓRICO	253
■ O NEGRO NO BRASIL DE HOJE	255
■ A MATRIZ AFRICANA NO MUNDO	257
■ HISTÓRIA VIVA.....	259
PARTE ESPECÍFICA - PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAIS.....	267
■ CURRÍCULO PAULISTA: ETAPAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	267
■ CURRÍCULO PAULISTA: ETAPA DO ENSINO MÉDIO	272

PARTE GERAL - LIVROS E ARTIGOS

INTEGRAÇÃO CURRÍCULO E TECNOLOGIAS E A PRODUÇÃO DE NARRATIVAS DIGITAIS

O artigo “A integração currículo e tecnologias e a produção de narrativas digitais” aborda o impacto das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) na educação, propondo que a produção de narrativas digitais seja abordada como uma forma de explorar o potencial desenvolvimento de atividades curriculares.

O artigo destaca que a integração da produção de narrativas digitais com o currículo pode potencializar a construção de novos conhecimentos pelos alunos. No entanto, é importante que se dê ênfase ao processo de produção do conhecimento e à elaboração das diferentes versões da narrativa, a fim de que o aluno possa realizar a espiral da aprendizagem e construir um novo patamar de compreensão do conhecimento científico.

CURRÍCULO E NARRATIVAS

Na seção “Currículo e narrativas”, discute-se sobre a integração das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) no currículo escolar, que ocorre por meio do conceito de web currículo. O web currículo é definido pelos autores como um processo no qual as TDIC são incorporadas no desenvolvimento do currículo em atividades pedagógicas.

O currículo, por sua vez, é entendido por eles como uma construção cultural que engloba conteúdos, métodos, procedimentos, instrumentos culturais, experiências prévias e atividades. Desta maneira, a integração das TDIC no currículo escolar pode ocorrer por meio de diferentes abordagens educativas.

O artigo ainda destaca que, nos anos 80, uso de tecnologias digitais móveis, isto é, aqueles que permitem a conexão sem fio à internet, ficaram trancafiados nos laboratórios de informática, não chegando a alterar o funcionamento da escola, mas após o início dos anos 2000, essas tecnologias perpassaram os limites do laboratório de informática, evidenciando o potencial de uso intenso e ubíquo dessas tecnologias. As características essenciais das TDIC, como o registro de processos e produções, a facilidade de acesso aos registros digitais, sua presença onipresente e a interação multidirecional, desempenham um papel fundamental no estímulo ao trabalho colaborativo, na geração de conhecimento, na negociação de significados e na promoção da autoria (ALMEIDA; VALENTE, 2012, p. 60).

NARRATIVAS DIGITAIS E SUAS APLICAÇÕES

Nessa seção, discute-se a importância da aprendizagem situada em contexto para a construção do conhecimento, especialmente com o uso das tecnologias móveis e sem fio.

Diante das mudanças constantes da realidade, o currículo narrativo e de aprendizagem narrativa tornam-se cada vez mais importantes, currículos esses, em que os processos de aprendizagem se desenvolvem por meio de narrativas elaboradas com o uso das TDIC. As narrativas oportunizam a tomada de consciência sobre a própria aprendizagem e transformação, segundo a natureza das experiências. Os autores destacam a importância das narrativas como forma de dar sentido à própria vida e à experiência do tempo vivido, e sobre compreender como a realidade é construída.

O próprio ato de narrar, para Bruner (1990), tem valor educacional intrínseco, uma vez que organizar a experiência, em forma de narrativa, serve para interpretar melhor o que se passou, ajudando a promover a ressignificação. As narrativas são construídas a partir de um conjunto de pontos de vista pessoais e, portanto, podem existir diversas versões da mesma história ou da experiência.

Qualquer que seja o meio de expressão do pensamento, o discurso narrativo é crítico e possui uma estrutura que caracteriza uma trama, devendo conter um início para captar a atenção do outro; e o desenvolvimento dos personagens (pessoa, fato, fenômeno, comunidade etc.), com uma sequência de transformações, que mantenham entre si algum significado e integrem o conflito, o personagem, a consciência, podendo ficar aberta para ser abordada mediante outras perspectivas.

A narrativa assim produzida não é uma construção livre. Trata-se da interação entre o conhecimento adquirido, a formação da identidade individual e o uso da razão, que influenciam a maneira como as pessoas constroem sua compreensão do mundo, percebem a si mesmas e se comunicam com os outros. Neste sentido, as narrativas, produzidas na forma oral, escrita ou hipermidiática, têm grande potencial educacional, como afirma Galvão (2005).

No contexto da investigação, as narrativas podem ser usadas para análise de biografias, autobiografias, histórias de vida, narrativas pessoais, entrevistas narrativas, etnobiografias, etnografias e memórias populares, até acontecimentos singulares, integrados em um determinado contexto (GALVÃO, 2005).

O artigo ainda argumenta que, como propõem diversos autores, a produção de narrativas tem sido utilizada como uma importante metodologia de investigação na educação, bem como tem sido empregada no desenvolvimento profissional de educadores. A tarefa de analisar e dissecar a narrativa tem também o potencial de reflexão e formação, como proposto por Galvão (2005).

PARTE GERAL - PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAIS

CONSELHOS ESCOLARES: DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

FUNÇÕES E CONSOLIDAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES

Os Conselhos Escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras no âmbito da escola. Cabe aos Conselhos, também, analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola. Eles representam tanto a comunidade escolar quanto a local e trabalham em conjunto para definir caminhos a serem tomados para deliberar sobre as responsabilidades atribuídas a eles.

Dessa forma, os Conselhos Escolares constituem um espaço de participação e diálogo, onde as demandas educacionais são discutidas, negociadas e encaminhadas, permitindo a participação social e fomentando a gestão democrática. Enfim, são uma instância de discussão, acompanhamento e deliberação, na qual se busca incentivar uma cultura democrática, substituindo a cultura patrimonialista pela cultura participativa e cidadã.

Os Conselhos Escolares contribuem decisivamente para a criação de um novo cotidiano escolar, no qual a escola e a comunidade se identificam no enfrentamento não só dos desafios escolares imediatos, mas dos graves problemas sociais vividos na realidade brasileira [...]. (MEC/SEB, 2004, p. 39)

É com a compreensão da **natureza essencialmente político-educativa** dos Conselhos Escolares que estes devem deliberar, também, sobre a gestão administrativo-financeira das unidades escolares, visando construir, efetivamente, uma **educação de qualidade social**. Para isso, os Conselhos são responsáveis pelas seguintes funções:

- **Deliberativas:** quando decidem sobre o projeto político-pedagógico e outros assuntos da escola, aprovam encaminhamentos de problemas, garantem a elaboração de normas internas e o cumprimento das normas dos sistemas de ensino e decidem sobre a organização e o funcionamento geral das escolas, propondo à direção as ações a serem desenvolvidas. Elaboram normas internas da escola sobre questões referentes ao seu

funcionamento nos aspectos pedagógico, administrativo ou financeiro;

- **Consultivas:** quando têm um caráter de assessoramento, analisando as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentando sugestões ou soluções, que poderão ou não ser acatadas pelas direções das unidades escolares;
- **Fiscais** (acompanhamento e avaliação): Ao acompanhar a implementação das atividades pedagógicas, administrativas e financeiras, os Conselhos Escolares desempenham a função de avaliar e assegurar o cumprimento das diretrizes das escolas, bem como garantir a qualidade social do ambiente escolar no dia a dia;
- **Mobilizadoras:** quando promovem a participação, de forma integrada, dos segmentos representativos da escola e da comunidade local em diversas atividades, contribuindo assim para a efetivação da democracia participativa e para a melhoria da qualidade social da educação.

COMO CRIAR, (RE)ATIVAR OU CONSOLIDAR OS CONSELHOS ESCOLARES?

No Plano Nacional de Educação está expressa a necessidade de promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando, em dois anos, a instituição de Conselhos Escolares ou órgãos equivalentes. Dessa forma, cabe ao diretor da escola ou a quaisquer representantes dos segmentos das comunidades escolar e local a iniciativa de criação dos Conselhos Escolares, convocando todos para organizar as eleições do colegiado.

Devem fazer parte dos Conselhos Escolares: a direção da escola e a representação dos estudantes, dos pais ou responsáveis pelos estudantes, dos professores, dos trabalhadores em educação não-docentes e da comunidade local. Como um órgão colegiado, o Conselho Escolar toma decisões de forma coletiva e só tem existência enquanto está em reunião. Nenhum membro possui autoridade especial fora órgão apenas por fazer parte dele.

No entanto, o diretor desempenha o papel de coordenador na implementação das decisões tomadas pelo Conselho Escolar e atua como articulador das ações de todos os envolvidos, com o objetivo de garantir a efetivação do projeto pedagógico na construção do processo educativo. Conforme estabelecido pelo regimento e a critério de cada Conselho, ele poderá, ou não, ser o próprio presidente do Conselho Escolar.

Os membros efetivos são os representantes de cada segmento, enquanto os suplentes têm a possibilidade de participar de todas as reuniões, porém, apenas possuem o direito de expressar suas opiniões verbalmente se o membro efetivo estiver presente.

Recomenda-se que os Conselhos Escolares sejam constituídos por um número ímpar de integrantes, procurando-se observar as diretrizes do sistema de ensino e a proporcionalidade entre os segmentos já citados, ficando os diretores das escolas como “membros natos”, isto é, os diretores no exercício da função têm a sua participação assegurada no Conselho Escolar.

PARTE GERAL - LEGISLAÇÃO

LEI Nº 7.398, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1985 – DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DE ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS ESTUDANTES DE 1º E 2º GRAUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neste ponto, apresentamos a legislação que dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Nesse sentido, é cabível a explicação acerca do art. 1º, da referida lei. Vejamos:

Art. 1º *Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais.*

§ 1º (VETADO).

§ 2º *A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em Assembléia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino convocada para este fim.*

§ 3º *A aprovação dos estatutos, e a escolha dos dirigentes e dos representantes do Grêmio Estudantil serão realizadas pelo voto direto e secreto de cada estudante observando-se no que couber, as normas da legislação eleitoral.*

Dessa forma, é devida a explicação sobre os graus escolares, uma vez que, à época da promulgação da referida legislação, a tratativa dos graus de escolaridade diferia da atual.

Sendo assim, os estudantes de **primeiro grau** são aqueles que estão cursando o Ensino Fundamental, ou seja, do 1º ao 9º ano.

Por conseguinte, o **segundo grau** comporta os alunos que estão cursando da primeira até a terceira série do Ensino Médio.

Em detrimento a isso, no momento é possível o entendimento da lei, uma vez que possui responsabilidade de assegurar a possibilidade de organização estudantil, como entidades autônomas, que representam os interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas, esportivas e sociais. É a segurança de formar um grêmio escolar, em que alguns alunos, que serão eleitos, figurarão como porta-vozes dos demais alunos, diante à direção escolar.

Continuando, ainda no § 2º, art. 1º, para que haja a atividade desses grêmios, eles serão estabelecidos nos estatutos, de forma a serem aprovados em Assembleia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de

ensino convocado para esse fim. Isto é, para que se tenha um grêmio estudantil, é necessária a sua prévia existência já homologada internamente.

Por fim, o § 3º, do art. 1º, estabelece a forma como será realizada a aprovação dos estatutos e, também, como será dada a escolha dos dirigentes e dos representantes do grêmio, de forma que deverá haver voto direto e secreto de cada estudante, observando, nos moldes cabíveis, as normas da legislação eleitoral.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 – DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é a lei responsável pela defesa legal dos direitos das crianças e dos adolescentes e pela responsabilização daqueles que não cumprem as determinações legais.

Assim, todos os direitos básicos e fundamentais para o desenvolvimento saudável da criança e do adolescente têm respaldo constitucional, especificamente no art. 227. Veja:

Art. 227 (CF, de 1988) *É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*

Dessa forma, o ECA é importante juridicamente porque reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e assegura que eles sejam tratados de acordo com as suas especificidades e necessidades. Ele prevê, por exemplo, a proteção integral à saúde, à educação, à cultura, ao lazer e à convivência familiar e comunitária.

Além disso, estabelece, também, medidas de proteção em casos de violência, abuso ou exploração de crianças e adolescentes, além de prever a aplicação de medidas socioeducativas para os jovens que cometem atos infracionais, com o objetivo de responsabilizá-los por seu comportamento e de promover a sua reintegração à sociedade.

Em resumo, o Estatuto da Criança e do Adolescente é um marco legal que reconhece os direitos e a dignidade das crianças e adolescentes brasileiros e estabelece uma série de obrigações e responsabilidades para garantir a sua proteção e desenvolvimento integral.

ARTIGOS 1º A 6º

Disposições Preliminares

As disposições preliminares do Estatuto da Criança e do Adolescente estão contidas nos arts. 1º a 6º. Vemos que o principal objetivo do referido estatuto está descrito em seu art. 1º, qual seja: a **proteção integral à criança e ao adolescente**.

PARTE ESPECÍFICA - CONHECIMENTOS

CORRENTES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA HISTÓRIA E DA HISTORIOGRAFIA

A HISTORICIDADE DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E DE SEUS CONCEITOS E NARRATIVAS

A palavra história vem do grego *historie*, que significava investigação, e foi com esse sentido que Heródoto, no século V a.C., apresentou suas *Histórias* sobre as guerras entre gregos e persas. Pouco depois, Tucídides escreveu a *História da Guerra do Peloponeso* com preocupação ainda maior com a confiabilidade dos relatos, privilegiando o que ele próprio presenciou ou pôde confirmar com testemunhas.

Durante séculos, a escrita da história conviveu com a retórica, a moral e a teologia, servindo para exaltar governantes, ensinar exemplos de virtude ou revelar o plano divino no curso dos acontecimentos. A noção de que o passado é um objeto que pode ser conhecido por meio de métodos próprios consolidou-se apenas no século XIX, quando a História se tornou disciplina universitária.

O alemão Leopold von Ranke é a figura mais associada a essa transformação, por defender que o historiador deveria mostrar o passado como ele efetivamente aconteceu, apoiado na crítica rigorosa de documentos de arquivo. O historicismo, corrente da qual Ranke fez parte, sustentava que cada época deve ser compreendida em seus próprios termos, e não julgada pelos valores do presente.

Na França, a chamada escola metódica, organizada em torno da *Revue historique*, fundada em 1876, sistematizou esses procedimentos. O manual *Introdução aos estudos históricos*, de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, publicado em 1898, descrevia a crítica externa, que verifica a autenticidade do documento, e a crítica interna, que avalia a credibilidade de seu conteúdo. Essa historiografia privilegiava os documentos escritos e oficiais, os grandes personagens, a política, a diplomacia e as guerras, organizando a narrativa em sequência cronológica de acontecimentos. Ela também esteve ligada à construção dos Estados nacionais, já que boa parte de sua produção buscava fundamentar identidades e origens das nações europeias.

Não confunda a escola metódica com o positivismo de Auguste Comte, que propunha leis gerais do desenvolvimento humano semelhantes às das ciências naturais, embora a denominação positivista seja aplicada com frequência, de forma imprecisa, aos historiadores metódicos. O ponto comum entre eles é a crença na objetividade do conhecimento, garantida pelo método. O legado da escola metódica permanece

na prática de qualquer historiador, porque a crítica documental, a referência às fontes e o cuidado com a datação continuam indispensáveis. As correntes seguintes questionaram sobretudo a ideia de que o documento fala por si e a redução da História aos acontecimentos políticos.

Materialismo Histórico e a História Vista de Baixo

Formulado por Karl Marx e Friedrich Engels a partir da década de 1840, o materialismo histórico propõe que a forma como os seres humanos produzem e reproduzem sua existência material condiciona a organização social, política e cultural de cada época. No prefácio de *Contribuição à crítica da economia política*, de 1859, Marx distingue a base econômica, formada pelas forças produtivas e pelas relações de produção, da superestrutura jurídica, política e ideológica que se ergue sobre ela.

O conceito de modo de produção articula essas dimensões e permite caracterizar diferentes formações sociais, como a escravista, a feudal e a capitalista. A luta de classes, expressão dos antagonismos entre grupos que ocupam posições distintas na produção, aparece como motor das transformações históricas.

No século XX, leituras mecânicas do esquema base e superestrutura foram criticadas por historiadores marxistas britânicos, como Edward Palmer Thompson, Eric Hobsbawm e Christopher Hill. Em *A formação da classe operária inglesa*, de 1963, Thompson mostrou que a classe não é uma coisa, mas uma relação que se constrói na experiência compartilhada de pessoas comuns, com suas tradições, valores e lutas.

Essa produção consolidou a chamada história vista de baixo, que desloca a atenção dos governantes para trabalhadores, camponeses, escravizados e outros grupos subalternos, buscando reconstituir suas experiências e formas de resistência a partir de fontes como processos criminais, petições e registros de motins.

No Brasil, a perspectiva marxista marcou interpretações clássicas, como a de Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil contemporâneo*, de 1942, que explicou a colônia pelo sentido mercantil de sua economia, voltada ao abastecimento do mercado europeu. A história social do trabalho e da escravidão produzida a partir dos anos 1980 dialogou intensamente com Thompson e com a noção de experiência.

Importante!

Materialismo histórico: modo de produção, forças produtivas, relações de produção, luta de classes. Thompson (1963): a classe como relação construída na experiência, base da história vista de baixo.

A Escola dos Annales e a Nova História

Em 1929, Marc Bloch e Lucien Febvre fundaram em Estrasburgo a revista *Annales d'histoire économique et sociale*, que deu nome a um dos movimentos mais influentes da historiografia do século XX. A proposta criticava a história centrada em acontecimentos políticos e defendia uma história-problema, que

PARTE ESPECÍFICA - LIVROS E ARTIGOS

O TRATO DOS VIVENTES: FORMAÇÃO DO BRASIL NO ATLÂNTICO SUL

I A TESE DO ATLÂNTICO SUL

Publicado pela Companhia das Letras em 2000, com mais de 500 páginas, *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, de Luiz Felipe de Alencastro, propõe uma nova chave de leitura para a história do Brasil nos séculos XVI e XVII, deslocando o foco da relação exclusiva entre colônia e metrópole para o espaço atlântico que ligava a América portuguesa à África.

O ponto de partida é a constatação de que sempre se pensou o Brasil fora do Brasil, mas de maneira incompleta, porque o país aparecia apenas como prolongamento da Europa. O autor sustenta que a colonização portuguesa, fundada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar, formado por uma zona de produção escravista no litoral da América do Sul e por uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola.

Esses enclaves, na América e na África, não são tratados como colônias a comparar, e sim como partes de um só sistema de exploração colonial, que só se compreende quando as duas margens do Atlântico Sul são estudadas em conjunto. Daí o subtítulo do livro, que situa a formação do Brasil no oceano, e não apenas no território.

O título explora o duplo sentido da palavra trato, que designa o comércio, em especial o tráfico de africanos escravizados, e também o modo como eram tratados os seres humanos transformados em mercadoria, o que antecipa a centralidade do tráfico negreiro na argumentação.

A obra dialoga com a tradição historiográfica brasileira, como a ênfase de Caio Prado Júnior no sentido comercial da colonização e a análise de Fernando Novais sobre o exclusivo metropolitano e o antigo sistema colonial, e com a historiografia do império português, mas acrescenta uma perspectiva atlântica, em que as trocas e o tráfico entre Brasil e África ganham papel explicativo central.

Sete capítulos e uma conclusão compõem o livro e percorrem o aprendizado da colonização, a geografia do tráfico, o papel de Lisboa, o contraste entre escravidão indígena e africana, a doutrina jesuítica, a rede do Rio de Janeiro com Angola e o Prata e a chamada Angola brasileira.

A tese central da obra é que Brasil e Angola formavam um só sistema de exploração colonial no Atlântico Sul, com uma zona de produção escravista na América e uma zona de reprodução de escravos na África.

O Aprendizado da Colonização e o Tráfico como Alavanca

O primeiro capítulo, intitulado “O aprendizado da colonização”, parte do pressuposto de que a colonização não surgiu pronta, mas resultou de múltiplos aprendizados. O autor distingue domínio e exploração, mostrando que a presença de colonos num território não assegura sua exploração econômica, e que só quando o aprendizado da colonização coincide com o aprendizado do mercado a dominação e a exploração coloniais se completam.

Nesse processo, o tráfico negreiro aparece como a alavanca do império português no Ocidente, responsável pela passagem da escravidão ao escravismo, sistema que vai muito além da compra, do transporte e da venda de africanos e molda a economia, a demografia, a sociedade e a política da América portuguesa.

A grande virada interpretativa está na afirmação de que o tráfico atlântico modifica de maneira contraditória o sistema colonial. Desde o século XVII, interesses luso-brasileiros, que o autor chama de brasílicos, cristalizam-se nas áreas escravistas sul-americanas e nos portos africanos, e carreiras bilaterais passam a ligar diretamente o Brasil à África, sem passar por Lisboa.

O termo brasílico designa os interesses e os agentes ligados à América portuguesa, distintos dos metropolitanos e ainda não identificados com uma nação brasileira, e é uma das contribuições conceituais do livro para pensar a sociedade colonial.

Ao destacar essas rotas diretas entre os portos da América e da África, a obra relativiza a imagem de um comércio colonial inteiramente controlado pela metrópole e mostra que a colônia participava ativamente da montagem do sistema que a explorava.

Ao tratar o escravismo como sistema que moldou o conjunto da sociedade, e não apenas como forma de trabalho, o livro mostra que a lógica do tráfico interferia na ocupação do território, nas relações entre colonos e Coroa e na própria demografia da América portuguesa.

A África, os Ventos Negreiros e Lisboa como Capital do Tráfico

O segundo capítulo conduz o leitor ao território africano, acompanhando as caravanas que atravessavam o Saara e a geografia comercial que antecedeu a chegada das caravelas europeias. Ao reconstruir as rotas e as sociedades africanas que favoreceram a penetração portuguesa, o autor recusa tratar a África apenas como ponto de embarque de cativos.

As caravelas acabaram superando as caravanas, impulsionadas pelo regime de ventos e correntes do Atlântico Sul, que o autor chama de ventos negreiros. Esse fenômeno natural, que facilitava a navegação entre Angola e o Brasil, foi interpretado pelo padre Antônio Vieira como presságio divino, e o livro mostra como a geografia física e as justificativas religiosas se combinaram na transmigração forçada de africanos.

Importante!

PARTE ESPECÍFICA - PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAIS

CURRÍCULO PAULISTA: ETAPAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

OS FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DO CURRÍCULO PAULISTA

O Compromisso com a Educação Integral

O Currículo Paulista considera a **Educação Integral** como a base da formação dos estudantes do Estado, independente da rede de ensino que frequentam e da jornada que cumprem. Dessa maneira, afirma o compromisso com o desenvolvimento dos estudantes em suas dimensões **intelectual, física, social, socioemocional e cultural**, elencando as competências e as habilidades essenciais para sua atuação na sociedade contemporânea e seus cenários complexos, multifacetados e incertos.

Viver, aprender e se relacionar nesse novo contexto tem exigido, cada vez mais, maior autonomia e mobilização de competências dos sujeitos para acessar, selecionar e construir pontos de vista frente ao volume substancial de informações e conhecimentos disponíveis, para buscar soluções criativas e fazer escolhas coerentes com seus projetos de vida e com o impacto dessas escolhas.

Assim, nas escolas que integram o Sistema Estadual de Ensino, as atividades desenvolvidas com os estudantes, dentro e fora do espaço escolar, devem convergir para que todos possam desenvolver as competências gerais explicitadas no quadro seguinte.

Competências Gerais da BNCC, Reiteradas pelo Currículo Paulista

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural
4. Utilizar diferentes linguagens — verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital —, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO